

ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carla Salomé Margarida de SOUZA¹(UEG)
Lorrayne Claudino de SOUZA² (UEG)
Nilva Antônia da COSTA³(UEG)

SIMPEX – Simpósio de Pesquisa e Extensão

Resumo

O trabalho pedagógico da escola aberta às diferenças deve garantir o direito ao Atendimento Educacional Especializado – AEE para educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, conforme determina a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, inc. III, a LDBEN 9394/96, art. 58, 59 e 60, bem como a Resolução do CNE N° 04/2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Isso aponta para uma grande necessidade de formação docente inicial e continuada, visando uma atuação eficaz na Sala de recurso multifuncional, a fim de que se cumpra com a função primordial da educação especial de complementar ou suplementar o ensino para alunos público-alvo dessa modalidade de ensino. Considerando essa demanda é que o Curso de Extensão “Orientações pedagógicas para o atendimento educacional especializado (AEE) na educação básica” oferecido no Laboratório de Pedagogia da UEG/Câmpus Inhumas foi pensado e está em pleno desenvolvimento. Assim, esse artigo objetiva compartilhar os conhecimentos interpostos por essa ação de extensão da universidade, socializando e discutindo os saberes e práticas necessários ao profissional que atua ou atuará no AEE, abordando as orientações pedagógicas necessárias a cada especificidade do atendimento educacional especializado. O trabalho se referencia teoricamente nos mesmos autores que tem embasado o referido curso de extensão, sendo eles: Sá(2007), Carvalho (2010), Damázio (2007), Fávero (2007), Mantoan(2009 e 2010), entre outros que também são de grande valor.

Palavras-chave: Educação básica. Educação especial. Atendimento educacional especializado. Orientações pedagógicas. Sala de recurso multifuncional.

1 Carla Salomé Margarida de SOUZA, especialista em Docência Universitária pela FAGO/GO (2005), especialista em Educação para a Diversidade e Cidadania pela Faculdade de Direito, PDH da UFG/GO (2012) e especialista em LIBRAS pela Faculdade Delta (2013). Docente e Coordenadora adjunta do Laboratório de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas, e-mail: c.salome@hotmail.com

2 Lorrayne Claudino de SOUZA, participante do Curso de extensão em AEE, graduanda no 4º ano do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus Inhumas, e-mail: lorrayneclaudino@hotmail.com

3 Nilva Antônia da COSTA, participante do Curso de extensão em AEE, graduanda no 4º ano do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus Inhumas, e-mail: nilva.antoniacosta@gmail.com

Introdução

A inclusão educacional tem redimensionado os sistemas de ensino para a oferta de uma educação de qualidade para todos os alunos e alunas. Esse redimensionamento institucionaliza o Atendimento Educacional Especializado – AEE para alunos (as) com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades, se identificando como um serviço que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

Essa institucionalização do AEE na escola de ensino regular aponta a grande necessidade de formação docente inicial e continuada, visando uma atuação eficaz na Sala de recurso multifuncional, a fim de que se cumpra com a função primordial da educação especial, de complementar ou suplementar o ensino para alunos público-alvo dessa modalidade educacional.

Nesse sentido, percebe-se que os maiores desafios propostos aos profissionais do AEE, os coloca diante da seguinte pergunta: Quais orientações pedagógicas são necessárias ao profissional do AEE para que tenha condições de atender satisfatoriamente as necessidades específicas das crianças público-alvo da educação especial, na escola de ensino regular?

Diante dessa problemática e tendo em vista o papel da UEG/Câmpus Inhumas enquanto agência formadora de profissionais da educação, é que o Curso de Extensão “Orientações pedagógicas para o atendimento educacional especializado (AEE) na educação básica” oferecido no Laboratório do Curso de Pedagogia foi pensado e está em pleno desenvolvimento, compartilhando aqui, os conhecimentos interpostos por essa ação de extensão, socializando e discutindo os saberes e práticas necessários ao profissional que atua ou atuará no AEE, com ênfase nas orientações pedagógicas necessárias a cada especificidade do público-alvo da educação especial.

1 Concepção e importância do Curso de Extensão: Orientações pedagógicas para o atendimento educacional especializado (AEE) na educação básica

A Universidade tem papel decisivo na formação docente inicial para a concretização dos princípios da educação para a diversidade numa perspectiva inclusiva. Assim, além das



1117

disciplinas das matrizes curriculares dos cursos, desenvolve ações de pesquisa e extensão primordiais a uma formação docente que atenda as reais necessidades de uma educação pública de qualidade para todos e todas. Dentre essas ações, destacamos nesse trabalho, o Curso de extensão: “Orientações Pedagógicas para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica.”

Esse curso tem como objetivo oferecer formação docente para atuação no Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, com foco nas orientações pedagógicas, recursos e materiais desenvolvidos em salas de recursos multifuncionais. Busca assim, oferecer noções de aspecto pedagógico e provocar reflexões acerca da formação docente para atuação na educação especial numa perspectiva inclusiva, com ênfase no AEE.

O curso acontece semanalmente às sextas-feiras no período vespertino, no Laboratório de Pedagogia da UEG/Câmpus Inhumas. Iniciou-se em março e tem previsão de término no final do mês de junho do ano em curso. Contempla 25 participantes entre acadêmicos de Pedagogia, Letras e também pessoas da comunidade, observando-se nessas, a participação de uma aluna de outra instituição de ensino superior e quatro professoras de apoio da rede pública de ensino do município de Inhumas- Goiás.

Os conteúdos do curso abordam os seguintes temas: fundamentos do AEE; AEE para deficiência visual; AEE para deficiência auditiva; AEE para deficiência física; AEE para deficiência intelectual; AEE para transtornos globais do desenvolvimento e para o transtorno de linguagem (dislexia), também para o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e o AEE para as altas habilidades/superdotação.

As metodologias utilizadas são aulas dialogadas, com recursos multimídia, dinâmicas de grupo, discussões, debates, oficinas de produção de materiais adaptados, possibilitando aos participantes uma ampla interação e compreensão. Convém ressaltar que ao final de cada encontro, o curso oferece a todos os alunos materiais de apoio específico que contribui com a complementação dos estudos.

2 Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação básica

Uma das inovações enfocadas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é o Atendimento Educacional Especializado –



1118

AEE, um serviço da Educação Especial que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, atendendo aos princípios de uma educação inclusiva. (SEESP/MEC, 2008). “O atendimento educacional especializado é uma nova forma de vivenciar a educação especial, na qual o alvo é visto por suas diferenças sem discriminação, em uma escola para todos.”(SATO, LIMA, 2010-2011 p. 106).

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº04/2009, o AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum. (BRASIL, 2009).

O Decreto de nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, que revogou o decreto nº 6.571/2008, vem reforçar o AEE como a especificação dos serviços da educação especial, que deve ser de forma complementar ou suplementar conforme explicitado em seu artigo 2º,

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o **caput** serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

O AEE deve ser realizado no período inverso ao da classe frequentada pelo aluno e preferencialmente, na própria escola. Há ainda a possibilidade de esse atendimento acontecer em uma escola próxima. Nas escolas de ensino regular o AEE deve acontecer em salas de recursos multifuncionais que é um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário a estes alunos, favorecendo seu acesso



1119

ao conhecimento. (BRASIL, 2010).

Essas salas têm como objetivo fortalecer o processo de inclusão na escola regular e em outras palavras orientar e apoiar as escolas da rede pública de ensino. O Ministério da Educação instituiu o Programa de Implantação das Salas Multifuncionais, por meio da Portaria Nº 13, de 24 de abril de 2007. (BRASIL, 2007)

Conforme pontua Mantoan (2009, p. 27):

[...] esse atendimento é para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência. Abrange, sobretudo, instrumentos necessários à eliminação das barreiras naturais que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o ambiente externo. Exemplos: O ensino da língua brasileira de sinais (Libras), do código braile e o uso de recursos de informática e de outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares [...].

O atendimento educacional especializado é muito importante para os avanços na aprendizagem dos alunos com deficiências na sala de ensino regular. Os professores destas salas devem atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e a sua interação no grupo.

O funcionamento do AEE segundo Carvalho (2010), não deve ser confundido com aulas de reforço escolar ou mera reprodução de conteúdos trabalhados em sala de aula, pois se trata de um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção do conhecimento. Conforme Fávero deve ser atividade do AEE:

Libras; ensino de língua portuguesa para surdos; código Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas; informática educativa; educação física adaptada; atividades de vida autônoma e social, entre outras. (FÁVERO, 2007, p.29).

Nesse sentido, vale ressaltar que com relação ao funcionamento do AEE, os professores trabalham com os recursos de acordo com a necessidade específica de cada aluno, desenvolvendo suas potencialidades. Assim, a metodologia e os recursos empregados, juntamente com as estratégias são para eliminar as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento dessas crianças no processo de ensino aprendizagem individual e social.



1120

3 Saberes e práticas para o AEE: compartilhando conhecimentos interpostos pelo curso de extensão

O AEE exige dos professores um domínio nas diferentes especificidades que envolvem as necessidades educacionais especiais dos alunos que tem direito a esse atendimento. Assim, procuraremos aqui abordar essas especificidades. É importante ressaltar que independente de qualquer que seja a necessidade, o profissional de AEE, deve criar estratégias para o conhecimento do aluno, suas habilidades e debilidades, fatores que auxiliam no desenvolvimento global do aluno, ter em mãos o laudo médico da criança, conhecer o contexto familiar e social da criança, bem como as alternativas e os recursos disponíveis na sala de recurso multifuncional, além de se colocar como um pesquisador por excelência.

Com relação às orientações para o AEE de crianças com deficiência visual, precisamos saber o grau de perda da visão da criança atendida. Se for cegueira total até mesmo a projeção de luz, as orientações conforme Sá (2007) se identificam em trabalhar a estimulação tátil com diferentes texturas e brinquedos adaptados em relevo, bem como alfabetizar, trabalhar as práticas sociais de leitura e escrita em Braille e oportunizá-la resolver situações que envolvem o raciocínio lógico-matemático com o uso do sorobã. Se a necessidade estiver condicionada à baixa visão, a orientação, ainda conforme Sá (2007), corresponde ao aproveitamento do resíduo visual da criança, de forma a despertar seu interesse em utilizar a visão potencial com atividades adaptadas na fonte acessível a visualização da criança, com margens de caderno ampliadas, evitando a incidência de claridade diretamente nos olhos da criança e observar a qualidade e nitidez do material utilizado pelo aluno: letras, números, traços, figuras, margens, desenhos com bom contraste figura/fundo.

No que se refere à deficiência auditiva/surdez, é direito de a criança surda ser alfabetizada na perspectiva bilíngue, em Libras e em Língua Portuguesa; assim, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com surdez deve abranger um trabalho pedagógico que abranja tanto a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) quanto a Língua Portuguesa, utilizando recursos diferenciados – como brinquedos, dinâmicas, atividades e métodos de ensino visuais que sanem as dificuldades de aprendizagem advindas do déficit comunicacional. Diante disso, a função do AEE na educação das crianças surdas, conforme Damázio (2007) deve estar baseada em três momentos/processos pedagógicos: AEE



1121

em Libras (o conteúdo trabalhado com as crianças surdas é semelhante ao desenvolvido na sala de aula, ensina e enriquece os conteúdos curriculares promovendo a aprendizagem dos alunos na turma comum), AEE de Libras (ensino da Libras com suas especificidades) e AEE de Língua Portuguesa (a Língua Portuguesa é utilizada como canal de comunicação específico com utilização de inúmeros recursos visuais). Portanto, o ambiente educacional bilíngue representa um desafio para as escolas e é indispensável para o estabelecimento do processo comunicacional e de ensino-aprendizagem de pessoas surdas para que, assim, a inclusão seja desenvolvida e concretizada.

Com relação a concretização do AEE para crianças com deficiência intelectual, devemos,

oferecer todas as oportunidades possíveis para que nos espaços educacionais em que ele acontece, o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente. Assim, ele pode trazer para os atendimentos os conteúdos advindos da sua própria experiência, segundo seus desejos, necessidades e capacidades. (BATISTA; MANTOAN, 2007, p.24)

Complementando, Gomes (2010) nos chama a atenção para o fato de que o professor de AEE deve propor situações vivenciais que possibilite ao aluno com deficiência intelectual organizar seu pensamento. Deve se fundamentar em situações-problemas, que exijam que o aluno utilize seu raciocínio para a resolução de um determinado problema.

No que se refere ao AEE para crianças com deficiência física, conforme Rita Bersch Rosângela Machado (2007), deve se basear no uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa para atender as necessidades dos educandos com dificuldades de fala e de escrita; na adequação dos materiais didáticos pedagógicos às necessidades dos educandos, tais como engrossadores de lápis, quadro magnético com letras com ímã fixado, tesouras adaptadas; adequação de recursos da informática: teclado, mouse, ponteira de cabeça, programas especiais, acionadores, entre outros. E no uso de mobiliário adequado: mesas, cadeiras, quadro, entre outros, bem como os recursos de auxílio à mobilidade: cadeiras de rodas, andadores, entre outros.

Com relação ao AEE para crianças com transtorno global de desenvolvimento (TGD), abordaremos especificamente as orientações para o trabalho com crianças autistas/TEA. Conforme Comunidade Aprender Criança (2014), devemos adequar o currículo escolar aos alunos com TEA a partir do estilo cognitivo individual preocupando-se com a estimulação das

funções neuropsicológicas necessárias ao aprendizado eficiente. A adequação curricular não significa simples redução, mas a forma como o conteúdo é apresentado ao aluno em foco.

Nesse sentido, algumas dicas são fundamentais, como por exemplo: seja claro ao falar, recursos visuais, e “treinos com teatro” podem ajudar muito, mantenha as instruções curtas, diga que um comportamento é inadequado sempre que ele ocorrer, explique especificamente por que ele é inadequado, por exemplo: “Você pegou o brinquedo da mão da sua colega sem antes perguntar se ela queria emprestá-lo.” explique qual foi a consequência do comportamento, ou a possível consequência, e como ele fez a outra pessoa se sentir. Lembrando que os alunos com TEA que não utiliza a forma verbal de comunicação pode beneficiar-se da comunicação alternativa aumentativa – CAA, que se utiliza da troca de figuras e cartões, possibilitando assim a comunicação.

Com relação ao Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), conforme a Associação Brasileira de TDAH (2017), as orientações pedagógicas para esse público se baseiam em cinco eixos:

1. Técnicas para melhorar a atenção e memória sustentadas, por exemplo, quando o professor der alguma instrução, pedir ao aluno para repetir as instruções ou compartilhar com um amigo antes de começar as tarefas; Optar por, sempre que possível, dar aulas com materiais audiovisuais, computadores, vídeos, DVD, e outros materiais diferenciados como revistas, jornais, livros, etc. A diversidade de materiais pedagógicos aumenta consideravelmente o interesse do aluno nas aulas e, portanto, melhora a atenção sustentada.
2. Tempo e processamento das informações: respeitar um tempo mínimo de intervalo entre as tarefas. Exemplo: propor um trabalho em dupla antes de uma discussão sobre o tema com a turma inteira; permitir ao aluno dar uma resposta oral ou gravar, caso ele tenha alguma dificuldade para escrever; respeitar o tempo que cada aluno precisa para concluir uma atividade.
3. Organização e técnicas de estudo: dar as instruções de maneira clara e oferecer ferramentas para organização do aluno desenvolver hábitos de estudo. Incentivar o uso de agendas, calendários, *post-it*, blocos de anotações, lembretes sonoros do celular e uso de outras ferramentas tecnológicas que o aluno considere adequado para a sua organização.
4. Técnicas de aprendizado e habilidades metacognitivas: definir metas claras e possíveis para que o aluno faça sua autoavaliação nas tarefas e nos projetos. Este procedimento permite que o aluno faça uma reflexão sobre o seu aprendizado e desenvolva estratégias para lidar com o seu próprio modo de aprender.
5. Inibição e autocontrole: permitir que o aluno se levante em alguns momentos, previamente combinados entre ele e o professor. Alunos com hiperatividade necessitam de alguma atividade motora em determinados intervalos de tempo. Exemplo: pedir que vá ao quadro (lousa) apagar o que está escrito, solicitar que vá até a coordenação buscar algum material, etc., ou mesmo permitir que vá rapidamente ao banheiro ou ao corredor beber água. Este procedimento é extremamente útil para



1123

diminuir a atividade motora e, muitas vezes, é extremamente necessário para crianças muito agitadas.

No que se refere às orientações para a dislexia, todas as atividades que oportunizam a relação letra-som, são bem vindas para o atendimento educacional especializado de crianças disléxicas. Conforme a Comunidade Aprender Criança (2014), para esse público-alvo, professor deve utilizar elementos visuais (figuras, gráficos, vídeos, etc.) e táteis (como por exemplo, a utilização de alfabeto móvel, massinha, e outros) para que a entrada das informações possa ser beneficiada por outras vias sensoriais. Dessa forma, principalmente no período de alfabetização, o aluno pode compreender melhor a relação letra-som. Deve-se também levar em consideração que a velocidade da escrita do aluno com Dislexia é mais lenta em razão de dificuldades de orientação e mapeamento espacial, entre outras razões, por isso, sempre que necessário, permitir o uso de tabuadas, material dourado e ábaco nas séries iniciais, e o uso de fórmulas, calculadora, gravador e outros recursos, nas séries mais avançadas.

No que se refere às orientações para as Altas habilidades/superdotação, de uma forma geral, o AEE deve oportunizar atividades extracurriculares diversas que proporcionem o enriquecimento dos conhecimentos desse aluno. O ambiente de ensino e as atividades devem ser estimulantes, desafiadoras e atender as necessidades cognitivas, físicas, emocionais e sociais do aluno, permitindo que adquira os conhecimentos e atinja os objetivos curriculares na sua velocidade e profundidade.

Conforme orientações da Comunidade Aprender Criança (2014) O aluno com altas habilidades necessita de desafios permanentes, e um bom caminho para o AEE, se identifica com:

Deixar o aluno desenvolver projetos independentes motivados por seus próprios interesses e com base em suas habilidades. Estimular o pensamento criativo e original na resolução de problemas e correlação de conhecimentos. Aprendizagem baseada em situações-problemas pode ser um método de grande valia para o professor do aluno TS. Apresentando problemas do cotidiano o professor pode desenvolver habilidades verbal-linguística, lógico-matemática e espacial, além de raciocínio analógico e dedutivo. (COMUNIDADE APRENDER CRIANÇA, 2014, p. 30)

Por fim faz-se necessário pontuar a necessidade de se planejar o AEE. Conforme

pontua Carvalho (2010, p. 68).

O plano de AEE deve contemplar a quantidade de alunos assistidos, a identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição de recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas, cronograma de atendimento, os registros dos desenvolvimentos dos alunos acompanhados, a avaliação do processo de atendimento.

Nesse sentido, O planejamento de AEE resulta das escolhas do professor aos recursos, equipamentos, e o apoio mais adequado para que possam eliminar as barreiras que impedem o aluno de ter acesso ao que lhe é ensinado na turma da escola comum, garantindo-lhe a participação e sua aprendizagem. Portanto, esses instrumentos a serviço da aprendizagem dos alunos, não significa que seja um ponto final resumido no processo ensino aprendizagem, mas antes de tudo é um ponto de partida que nos permita conhecer, atuar e através deste conhecimento identificar os caminhos, as técnicas, os métodos e os conteúdos a serem ministrados aos alunos público-alvo da educação especial.

Considerações finais

Fica evidenciado que o AEE é uma nova forma de vivenciar a Educação Especial, no qual o objetivo é quebrar barreiras sem discriminação garantindo um estudo mais digno para os alunos do AEE, ou seja, sua função é complementar ou suplementar a formação do aluno público alvo da educação especial. Em outras palavras, para que esse aluno tenha um bom desempenho na sua formação, o professor precisa ter bons requisitos dos quais são adquiridos através de cursos de graduação, pós-graduação e formação continuada.

O AEE atende alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; esse atendimento acontece nas escolas públicas de ensino, nas salas de recursos multifuncionais, com o objetivo de fortalecer o processo de inclusão na escola regular, bem como orientar e apoiar as escolas das redes públicas de ensino.

Todos esses estudos propiciaram aos docentes reflexões quanto aos aspectos relacionados à prática pedagógica, além de contribuir efetivamente para melhor embasamento teórico mediante suas ações em sala de aula, visto que, todos eles receberam material de apoio para leitura.



1125

A realidade cotidiana das políticas educacionais inclusivas exige um profissional atento e qualificado em áreas abrangentes e muito além das metodologias de ensino. Se faz necessário compreender processos históricos de exclusão e inclusão, aspectos referentes à constituição do sujeito, suas diferentes formas de aprendizagem e as relações que são possíveis de estabelecer na vida social. marcado a vida dos sujeitos com deficiências. Incluir estes sujeitos na escola e na sociedade não tem sido tarefa fácil. O presente curso se coloca como uma importante alternativa de formação de profissionais capazes de gerir os diferentes processos inclusivos e seus sujeitos.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO (ABDA). Disponível em <http://tdah.org.br/br/a-abda/quem-somos.html>. Acesso em 10 de abril de 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União**. Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Portaria normativa nº 13, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília. Diário Oficial de 26 de abril de 2007.

_____. MEC/SEESP. **Manual de orientações**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncional. 2010.

BATISTA, C. A. M. e MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental**. In: GOMES, A. L. L. et al, Deficiência Mental – São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.



1126

CARVALHO, Lorena Resende. **Atendimento Educacional Especializado – AEE: perspectivas para a educação inclusiva em Goiás.** Caderno 1. Goiás: Secretaria da Educação/Coordenação de Ensino Especial, 2010.

COMUNIDADE APRENDER CRIANÇA. **Cartilha da Inclusão Escolar:** inclusão baseada em evidências científicas (Ed. Instituto Glia, 2014).

DAMÁZIO, M. F.M. **Deficiência Auditiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

FÁVERO, Eugenia Augusta Gonzaga. **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual/Adriana Leite Lima Verde Gomes, Jean-Robert Poulin, Rita Vieira de Figueiredo.** –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; (Fortaleza): Universidade Federal do Ceará, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão Escolar: o que? por quê? como fazer?** 2ed. São Paulo: Moderna, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva.** In: MEC. **Inclusão: Revista de Educação Especial**, v. 5, n. 1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, jan/jul, 2010.

SATO, Larissa Elisiário; LIMA, Waldiza Salgado dos Santos. Curso: **Estratégias Pedagógicas para o Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Mental – AEE.** 2010, 2011.

SÁ, Elizabet Dias de ; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual.** DF: MEC/SEESP, 2007.

SCHIRMER , Carolina R; BERSCH, Nádia Browning; MACHADO, Rita Rosângela . **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física.** Brasília/DF: MEC/SEESP, 2007.